

JORNAL:

POESP

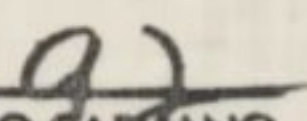
DATA:

11/02/89

FOLHA:

04

O grande mistério


ROBERTO CAPUANO

O destino dado aos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) continua um segredo indevassável, envolto pela névoa que cobre o Triângulo do Planalto compreendido pelo Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal e Palácio do Planalto. O último naufrágio da região foi o finado Ministério da Habitação. Se ninguém consegue descobrir o volume de recursos e muito menos sua destinação, pelo menos se sabe que os depósitos são mal remunerados — tinham a antiga correção monetária mais 3% ao ano — e o saque, não sendo efetuado no início de cada trimestre, implica a perda total da correção do período.

Mas não são todos que sabem disso. Esta sistemática é desconhecida pela maioria dos trabalhadores. Aliás, para quem não tem formação universitária, preferivelmente jurídica, e muita paciência, é impossível decifrar legislação que se reportam a legislações anteriores, por sua vez alteradas por decretos anteriores. A comunicação cifrada dos tecnocratas acarreta pesados prejuízos quando do saque ao fundo, por desemprego ou para quitar ou amortizar o saldo devedor de um financiamento. Perdendo o trabalhador, ganha o FGTS que tem assim seus recursos fantásticamente rentáveis. Tão rentáveis que, certa vez, um importante dirigente da área de crédito imobiliário, ao ser pressionado para financiar habitações populares — coisa que não fazem por considerar o investimento de alto risco e baixa rentabilidade — concordou de imediato. Removeu todos os obstáculos e até sugeriu juros insignificantes e longos prazos desde que, em troca,

puddesse administrar uma fatia do bolo.

Nunca mais se tocou no assunto, e a proposta, bastante razoável, foi cuidadosamente esquecida. Pode-se imaginar que o volume de dinheiro existente no FGTS supere de muito os 26 bilhões que estão depositados nas cadernetas de poupança. Também há poucas dúvidas que a exemplo dos depósitos de poupança na Caixa Econômica Federal (cerca de 60% de todas as cadernetas), não tenham sido destinados a servir ao autôfago déficit público, quando poderiam e/ou deveriam estar financiando habitações. A irresponsabilidade destes fatos fica patente quando avaliamos o incrível déficit de mais de 10 milhões de moradias, a inexistência de financiamentos para as faixas de menor renda, o crescimento progressivo de favelas, moradias precárias e cortiços.

É também inquietante, em tempos de Plano Verão, imaginar de onde sairão os recursos para remunerar estes depósitos, que ao que tudo indica, existem apenas contabilmente, depois de terem servido para os mais diversos fins, menos para financiar habitações. Neste caso, se o problema é menor no FGTS graças a sua baixa rentabilidade e a limitação dos seus saques, isso não acontece com as cadernetas. Os depósitos de poupança se não forem remunerados, e bem, serão sacados. Se isso acontecer o motor da máquina impressora da Casa da Moeda vai fundir, gerando uma explosão sucessiva da base monetária, do consumo e da inflação. Mas a grande verdade é que, se essas quantias fantásticas não tivessem servido a outros fins e desaparecido no Triângulo do Planalto, teriam tido o condão de não só reduzirem drasticamente o drama da

habitação, como também evitar a crise social que se avizinha em função dela.

O dinheiro-reposto com juros e correção através do pagamento das prestações já poderia estar financiando mais novas moradias. Como isto não aconteceu o quadro atual é aterrador. A menos que se revogue a lei da oferta e da procura, não há como se evitar uma situação caótica a curto prazo em termos habitacionais. A inexistência de financiamentos para imóveis usados, de construções populares, a impossibilidade de auto-construção, a falta de produção de lotes populares são ingredientes dessa explosiva receita. Um problema tão grave que para produzir 10 milhões de moradias, mesmo que os recursos fossem realmente colocados à disposição da construção civil, seriam necessários 10 anos construindo-se 3.000 casas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, somente para cobrir o déficit atual.

Ainda assim, existem soluções factíveis. O problema é que elas irão sempre interferir com interesses e privilégios contrariando forças poderosas. O próximo presidente da República, eleito com 51% dos votos, terá condições de instituir uma política séria para o setor. E isto será possível através do advento do Conselho Nacional de Habitação, cuja constituição deverá ser feita através da convocação de especialistas de cada segmento ligado direta ou indiretamente ao mercado imobiliário e pela desconvoação de políticos e tecnocratas. A partir daí, poderemos estabelecer um plano habitacional consistente e coerente.